

PARADOXOS DA GLOBALIZAÇÃO

Marco Maciel

Discutir o sentido da História tem sido, há séculos, uma tarefa de historiadores, filósofos, cientistas sociais, que continuam a indagar se a História tem sentido. A questão do tempo, no entanto, embora indissociável da evolução histórica, tem um significado ainda mais amplo, que envolve pessoas, sociedades e instituições preocupadas com a evolução do universo, com o próprio destino e nos leva a refletir sobre essa nova onda globalizadora que vive a humanidade, produto de uma grande revolução tecnológica que pervaga o mundo trazendo mais perplexidades do que certezas com relação ao século XXI.

Embora os albores deste milênio se caracterizem pelos flagelos de conflitos localizados e pelo recrudescimento do terrorismo internacional, não se pode deixar de reconhecer que “o sol da liberdade” – de que fala o nosso Hino – brilha “em raios fúlgidos” na maior parte do planeta; e que a liberdade é essencial para a edificação de uma sociedade democrática.

Ao olharmos o mundo sessenta anos após a constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), podemos constatar que cresceu, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, o número de Estados integrantes da ONU que vivem sob o regime democrático.

É de notar também que muitas associações interestatais de caráter regional ou sub-regional – União Européia e Mercosul são exemplos – têm concorrido para tal objetivo na medida em que inserem em seus estatutos a pedagógica “cláusula democrática” como pré-

requisito para ingresso dos Estados nacionais nas respectivas instituições.

Ademais, as tecnologias da informação estão igualmente contribuindo para o florescimento do intercâmbio entre povos e, como corolário, para a perfusão de valores como liberdade, cidadania e Estado de Direito. Algo, aliás, necessário para a construção de uma nova sociedade internacional sob a égide de uma ONU refundada que, respeitando os valores peculiares de cada povo, assegure a liberdade, a paz, a solidariedade, a justiça, “desenvolvendo a consciência comum de serem, por assim dizer, uma família de nações”, como preconizou o Papa João Paulo II.

É certo que as instituições políticas, mormente após o adensamento da onda globalizadora, são alvo de crítica generalizada da sociedade contemporânea. As suas práticas são ainda julgadas insuficientes e inoperantes para superar as questões do presente e, sobretudo, para apontar os obstáculos do futuro. Contudo, não é somente a política como atividade que está sob contestação, mas também as instituições econômicas. Se a globalização contribuiu para o avanço do processo democrático no mundo, não há dúvida de que, em contrapartida, sob o ponto de vista econômico, ela ampliou – e muito – não somente a pobreza, mas também a desigualdade social.

Nunca houve tanta prosperidade na economia mundial, embora, paradoxalmente, nunca tenha havido tanta incerteza e insegurança com relação ao futuro da humanidade. A despeito de toda essa prosperidade, a produção econômica cresce na exata medida em que aumenta o desemprego em termos globais. Esse ambiente se repete, em outras dimensões, na escala social, em questões como solidarie-

dade, coesão, proteção de minorias, equilíbrio ecológico, exclusão e correntes migratórias. E isso se dá num momento em que a globalização econômica, as facilidades decorrentes da informação e a troca internacional de experiências, inclusive por meio do turismo, correm em escala jamais vista.

Os conflitos étnicos, os surtos de nacionalismos, os enfrentamentos de caráter religioso e as dissensões internas exibem também o aumento da conflituosidade social em larga escala.

A questão da desigualdade e da pobreza é um problema observado em todo o planeta; ocorre, de forma mais aguda, nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, mas também em países desenvolvidos. No recém-divulgado Relatório sobre a Situação Social Mundial 2005: O Problema da Desigualdade, a ONU demonstra, à sociedade, que estes dois fatores – desigualdade e pobreza – continuam impedindo a construção de uma sociedade menos injusta e, portanto, mais solidária.

Por conseguinte, o instante que vivemos é marcado por uma globalização excludente. Digase, a propósito, “uma globalização assimétrica”, conforme o Presidente Fernando Henrique Cardoso já havia ressaltado em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 1999, no Congresso Nacional. Uma globalização que “comporta riscos graves de exclusão e de aprofundamento das desigualdades, entre os países e dentro de cada um deles”.

Fatos tão adversos devem servir de alerta para todos nós no sentido de buscarmos respostas para os desafios políticos, a conquista da racionalidade econômica e, sobretudo, o aumento da solidariedade social. Tudo isso exige determinada resolução de edificar uma nova arquitetura institucional que substitua os organismos da sociedade contemporânea, construídos sob os escombros da Segunda Guerra Mundial, sob os quais ainda vivemos, para ajustá-la às esperanças deste novo século.

A reflexão humana nos últimos cinquenta anos, período caracterizado pelas mais vertiginosas transformações quantitativas e qualitativas de toda a História da humanidade, tem sido invariavelmente marcada mais pelo diagnóstico do que pelo prognóstico. Por essa razão, talvez tenhamos vivido mais sob o signo do conformismo e do pessimismo do que sob a inspiração das grandes utopias que foram capazes de dar ao gênero humano aquele sentimento de grandeza que, em *Os Lusíadas*, Camões chamou de “o gênio da raça”, e tão necessário para entender essa estranha máquina que é o mundo. Ousamos mais no pensamento do que fomos capazes de ousar na ação.

(Publicado em *O Estado de S. Paulo*, 21/09/05)

POBREZA MAQUIADA

Ali Kamel

Se alguém rompe a linha da pobreza porque recebe uma ajuda em dinheiro do Governo, é correto que as estatísticas deixem de considerar essa pessoa como sendo pobre?

O bom senso diz que não: tire a ajuda e o pobre voltará a ser pobre.

Em todas as linhas da pobreza divulgadas, houve queda acentuada no número de pobres. Entre as explicações mais convincentes, o crescimento econômico, a baixa inflação e o aumento do salário mínimo, com grande impacto nas aposentadorias e pensões de todo tipo. Para o Governo e alguns pesquisadores, no entanto, o Bolsa Família teria tido um impacto decisivo. Com as estatísticas disponíveis, porém, isso é impossível de ser comprovado.

O IBGE é um centro de excelência e a PNAD é um dos mais importantes instrumentos para se conhecer a realidade brasileira. A metodologia da pesquisa, porém, ainda não permite subtrair da renda das famílias os recursos pro-

venientes de programas sociais. Assim, os pesquisadores que elaboraram linhas de pobreza não tiveram outra opção senão considerar toda a renda das famílias, quando o ideal teria sido registrar a renda antes e depois da ajuda do Governo, até mesmo para que o retrato obtido mostrasse a eficácia dos programas: desse modo, teria sido possível identificar qual a contribuição específica do Bolsa Família na variação para mais na renda das famílias. É dessa maneira que agem os países da União Européia, por exemplo. Apenas com a PNAD, é impossível medir o impacto direto e inequívoco do Bolsa Família na redução do número de pobres.

Diante desse quadro, temos mais uma confirmação de que o Bolsa Família é um programa caríssimo e com um controle frágil. O tal cartão magnético, que registraria automaticamente a frequência dos alunos, ficou, mais uma vez, para o ano que vem. Até lá, o controle é feito à mão pelos professores e depois posto na internet pelas secretarias, num processo ainda complicado. O último relatório divulgado é de julho, e, apesar de já ter resposta de 80% das escolas, as notícias não são boas: apenas 66% das crianças tiveram a frequência escolar acompanhada. O controle das exigências no campo da saúde é ainda apenas projeto. E não podia ser diferente. O pobre não deixa de cuidar da saúde porque quer, mas porque não tem acesso aos serviços. Como o Governo não pode oferecê-lo à multidão que recebe o Bolsa Família, ninguém se preocupa em cobrar nada. E, agora, sabemos que as estatísticas disponíveis não dão ao Governo sequer a certeza do papel que o Bolsa Família tem nas famílias que romperam a linha de pobreza. Um quadro desolador.

Pesquisadores sérios dizem que a influência do Bolsa Família na redução da pobreza foi pequena: afinal, se a soma de todos os benefícios juntos atinge alguns bilhões de reais, considerando o benefício médio mensal, hoje

da ordem de R\$ 65, cada membro de família beneficiada recebe apenas R\$ 0,50 por dia.

Mas imaginemos que o Governo está certo e que o impacto do Bolsa Família na diminuição da pobreza tenha sido de fato grande. Nessa hipótese, seríamos, então, obrigados a dizer que o retrato obtido nas linhas de pobreza não teria sido o de uma pobreza menor, mas de uma pobreza “maquiada”. Os índices estariam anabolizados. Se de fato o pobre rompeu a linha da pobreza por causa do Bolsa Família, como apregoa o Governo, quando essa ajuda for tirada, o pobre voltará a ser pobre. Porque o Bolsa Família não acaba com a pobreza, mas apenas atenua os seus efeitos. O que tira um pobre da pobreza é o emprego. E só consegue emprego quando há um quadro de crescimento econômico. E só consegue bons empregos aquele que tem qualificação. Crescimento econômico e educação de qualidade são a fórmula segura para a um só tempo diminuir a pobreza e encurtar a desigualdade.

A pergunta que faço então é simples: num país como o Brasil, em que ainda não é universal o acesso a coisas básicas como educação de qualidade, é justo que o Governo gaste um caminhão de dinheiro em programas como o Bolsa Família? Como mostrou a Pesquisa de Orçamento Familiar, a questão do Brasil não é a fome: no Brasil o percentual de pessoas emagrecidas, único indicador que realmente mede a quantidade de famintos, é inferior ao limite máximo considerado normal. Se é assim, eu acredito que o Brasil tem necessidades mais urgentes. Investir em educação é uma delas, porque somente ela é capaz de emancipar uma pessoa. A outra é investir na infra-estrutura do país de modo a superar os gargalos que impedem o nosso desenvolvimento.

E, no entanto, o Governo prefere gastar em 2006 R\$ 8,3 bilhões no Bolsa Família. Em educação, investirá apenas R\$ 8 bilhões, enquanto impõe ao ministro da Fazenda o papel

de dizer não aos R\$ 4,5 bilhões necessários à implantação do Fundeb, tido como essencial para melhorar a qualidade do ensino no Brasil. Para a rubrica investimentos, haverá apenas R\$ 14 bilhões, o que obrigará o Brasil, por muitos anos, a enfrentar portos deficientes, estradas caindo aos pedaços, falta de usinas hidrelétricas e escassez de recursos para financiar o parque industrial.

Assim, mesmo se o Bolsa Família fosse realmente eficaz no “combate à pobreza” (e não há agora como medir isso), o dinheiro gasto com ele até poderia ter um impacto imediato nos índices de pobreza, mas este seria um impacto virtual, artificial, aparente. Em qualquer hipótese, a médio e longo prazos, o Bolsa Família estará contribuindo, paradoxalmente, para a manutenção de milhões de brasileiros na pobreza, uma vez que drenará os recursos que deveriam estar indo para educação e para a infra-estrutura essencial ao crescimento. E sem educação e sem empregos, ninguém sai, de fato, da pobreza. Terá de viver, eternamente, de esmola.

É um tiro no pé. Mas que rende votos. Eis, talvez, a origem da insensatez. O Governo parece ter metido o Brasil num nó sem saída: quem será o político que terá coragem de explicar o paradoxo e mexer num programa que atinge uma multidão de eleitores?

(Publicado em *O Globo* de 13/12/05)

O BRASIL ESTÁ FICANDO PARA TRÁS?

Armando Castelar Pinheiro

Dezembro é época de descobrir a bola de cristal e especular sobre o que nos reserva o Ano Novo. Esse exercício, que sempre exige arte e conhecimento, ficou mais complicado este ano, com a inesperada força com que o PIB caiu no terceiro trimestre, aumentando a

incerteza de como e quanto se irá crescer em 2006. De acordo com o Ipea, o PIB aumentará 2,3% e 3,4%, neste e no próximo ano, respectivamente, trazendo o crescimento médio anual em 2003-06 para 2,8%, pouco mais que os 2,5% de 1991-2002. Isso parece confirmar a estimativa de que nas condições atuais o crescimento potencial da economia brasileira não passa muito de 3% ao ano.

O fraco desempenho de 2003-06 traz uma preocupação adicional: ele se dá em um ambiente de grande liquidez internacional, sem crises de financiamento externo e com a economia mundial experimentando o seu melhor momento em décadas. Nesse quadriênio, o PIB mundial deverá subir 4,4% ao ano, contra 3,2% ao ano em 1991-2002. Portanto, o ritmo de encolhimento da participação do Brasil no PIB mundial passou de 0,7% ao ano em 1991-2002 para 1,6% ao ano em 2003-06. Outros indicadores confirmam que o Brasil está ficando para trás na corrida do desenvolvimento. A McKinsey estima que em menos de dez anos a produtividade do trabalhador brasileiro passou de 22% para 18% da do seu correspondente americano. O estoque de capital do país, que aumentou 1,8% ao ano entre 1991-2002, deve se expandir apenas 1,3% ao ano em 2003-06. O crescimento da população em idade ativa (15 e 60 anos) passará de 2,1% ao ano em 1991-2005 para 1,2% ao ano em 2006-2020. Esses indicadores sugerem que, controlando para o efeito do cenário externo, o potencial de crescimento da economia brasileira pode estar diminuindo.

A comparação com o resto do mundo também evidencia a falta de uma estratégia para reagir à lentidão do nosso crescimento. Temos feito, claro, reformas pontuais, mas essas se destinam a resolver crises mais urgentes e não são coordenadas e às vezes sequer consistentes entre si.

Olhando para as experiências dos países com melhor desempenho em anos recentes, como Chile, Irlanda, China e Índia, vê-se que

uma boa estratégia de desenvolvimento para o Brasil seria explorar as suas duas principais vantagens comparativas: os seus recursos naturais e a alta capacidade empreendedora do brasileiro. Acima de tudo, é preciso liberar o potencial produtivo do setor privado, livrando o Estado dos grupos rentistas que vivem de seus favores. Para isso, essa estratégia deveria ter como principais pilares: trazer a carga tributária de volta para o patamar de 25% do PIB observado em 1969-1993, contra atuais 36,5%; reduzir o custo de capital para todos os empreendedores, e não apenas para as grandes empresas e fazendeiros beneficiados por subsídios públicos; elevar, significativamente, o nível educacional da força de trabalho; melhorar a infra-estrutura de transporte e diminuir a insegurança pessoal, patrimonial e jurídica que caracteriza o país.

Obviamente, é mais fácil identificar problemas do que corrigi-los. Nesse sentido, o que preocupa não é a falta de soluções imediatas, mas sim estarmos caminhando na direção errada.

Sem um plano de contenção dos gastos públicos correntes, não há como acelerar o crescimento do país de forma sustentada

Essa estratégia depende diretamente de se reduzir a razão dívida pública líquida/PIB em cerca de um terço, dos atuais 52% para cerca de 35%. Para isso é preciso cortar os gastos primários correntes, que aumentaram em 5,2% do PIB entre 1994 e 2004. Não é isso que está ocorrendo: a dívida permanece estável como proporção do PIB, a despeito do ganho resultante da apreciação cambial, e o gasto corrente do Governo sobe com força, na esteira de mais uma elevação da carga tributária. Os gastos de custeio (passagens, consultorias etc.) da União, por exemplo, aumentaram mais de 20% nos primeiros dez meses de 2005. Não dá para falar em arrocho de gastos quando estes aumentam nesse ritmo.

A situação é mais crítica, porém, do que sugerem esses números. Em grande parte, os

gastos públicos correntes vêm subindo por conta de um aumento das despesas com a seguridade social, que estão 6% do PIB acima do que seria razoável dada a estrutura etária da nossa população. Na ausência de uma ampla reforma, esses gastos subirão mais, com o envelhecimento da população – o grupo etário de 61 anos ou mais crescerá 3,7% ao ano nos próximos 15 anos – e novos aumentos reais do salário mínimo. Sem um plano de contenção dos gastos públicos correntes, portanto, não há como acelerar o crescimento de forma sustentada. E, em tempos recentes, a única proposta nesse sentido foi abatida, em solo, pelo chamado “fogo amigo”.

Em outras áreas também se observa uma involução ou pelo menos uma incapacidade de reação. A nossa infra-estrutura de transportes se deteriora a olhos vistos, principalmente as estradas. No setor elétrico estima-se que o risco de racionamento só foi afastado em função do baixo crescimento; e em saneamento continua-se sem um marco legal. As PPPs não decolaram. O hiato entre a escolaridade média no Brasil e em países que concorrem mais diretamente conosco no comércio internacional está aumentando. Além disso, a política educacional foi recapturada pelos interesses das universidades e deixou-se de priorizar a educação básica: em que pesem alguns progressos pontuais, as perspectivas do Brasil na área educacional continuam ruins, com a má alocação de gastos e seu crescente comprometimento com aposentadorias de professores. Em relação à segurança, o quadro não é melhor – o Brasil padece de um quadro de insegurança crescente, nas três dimensões sublinhadas acima.

Somando-se tudo isso, vê-se que há muito mais por trás do fraco desempenho do PIB do que eventuais excessos do Banco Central na gestão da política monetária. Se não for capaz de mobilizar-se em torno de uma estratégia que vá além da necessária, mas insuficiente, con-

tenção da razão dívida pública/PIB, o Brasil pode acabar seguindo o caminho de lento retrocesso econômico já experimentado por alguns de nossos vizinhos latino-americanos. Isso geraria um ambiente com alto risco de resvalar para o populismo. Nesse rumo, como foi colocado, o Brasil periga passar de economia emergente para submergente.

(Publicado em *Valor* de 09/12/05)

A HISTÓRIA NÃO ESPERA

Rubens Barbosa

Segundo estudo feito pelo National Intelligence Council nos EUA, comentado neste espaço em 8 de fevereiro passado, o Brasil poderá ser uma das novas potências econômicas globais em 2020.

Para alcançar esse estágio de desenvolvimento e de influência mundial, além de contar com condições externas positivas, o Brasil terá de fazer seu dever de casa para manter a estabilidade econômica, tornar o Governo mais eficiente e crescer a taxas significativamente mais elevadas.

Para que as previsões se realizem serão necessárias uma clara visão de futuro e uma firme determinação da sociedade para aprofundar as reformas ainda pendentes a fim de conseguir acompanhar o rápido crescimento da China e da Índia.

Estamos entrando em um ano de eleições presidenciais que vão trazer incertezas políticas e econômicas. A disputa eleitoral, como tudo indica, ficará polarizada entre o Presidente Lula e um candidato de oposição do PSDB. Assim, o país corre o risco de se dividir, tornando difícil a formação de consenso para aprovar as medidas necessárias que permitiriam o crescimento sustentado da economia com justiça social.

Com esse pano de fundo, chegou a hora de os partidos políticos, de os sindicatos, de o

setor empresarial somarem esforços para permitir uma transição tranqüila e produtiva em 2007 e pensarem, de fato, no Brasil e menos nos seus interesses pessoais, estimulados pela opinião pública cada vez mais politizada e informada.

O novo Governo, de continuidade ou da oposição, deveria começar em 2007 com uma agenda previamente definida, como foi feito no Japão. Só assim se poderia conseguir superar a divisão eleitoral e também elaborar, de forma consensual, um programa mínimo inicial a ser implementado pelo futuro Governo.

Qualquer que seja o resultado das eleições de outubro, o próximo presidente, mediante um entendimento sobre uma agenda para o Brasil do futuro, teria o apoio dos partidos para aprovar no Congresso, no início do Governo, um programa que coloque o Brasil no caminho que, efetivamente, o projetasse no concerto das nações nos próximos 15 anos.

Na linha da agenda mínima apresentada pela Confederação Nacional da Indústria, em nome do empresariado, ao Governo em agosto passado, existe amplo consenso em torno da necessidade de se avançar as reformas política, trabalhista, da Previdência, tributária e do Judiciário. Uma reforma constitucional visando a uma reorientação do papel do Estado e a fortalecer suas funções como regulador da economia, a melhoria da gestão pública, por meio da elaboração de metas para a educação, a saúde, a utilização dos gastos públicos, a simplificação e a desburocratização do serviço público para facilitar a vida dos cidadãos e das empresas, especialmente na área de comércio exterior, também deveriam ser prioridades do novo Governo.

Não me parece tratar-se de uma proposta ingênua e utópica. O alcance e a extensão das medidas poderiam ser trabalhados pelos partidos políticos, como ocorreu recentemente

na Alemanha, quando se aprovou uma “grande coalizão” para facilitar a governabilidade.

Os partidos, em vez de apresentar programas genéricos, que ninguém lê, nem são seguidos depois das eleições, formulariam plataformas de Governo com uma agenda mínima específica a ser apresentada e defendida pelos candidatos presidenciais.

Um amplo entendimento – nos moldes do alemão – beneficiaria quem quer que saia vencedor na eleição, pois superaria a divisão que certamente impedirá, como tem ocorrido até aqui, a aprovação dessas medidas.

A exemplo das eleições anteriores, a questão da governabilidade e da maioria parlamentar se colocará desde o primeiro momento, sobretudo se o atual presidente for reeleito, carregando consigo um PT reduzido e menos forte politicamente.

Os avanços institucionais e macroeconômicos nos últimos anos tornam hoje mais fácil o exame dessa agenda mínima, voltada para os próximos 15 anos, que permitiria ao futuro Governo concentrar sua atenção em medidas de curto prazo.

Estão criadas as condições para o Brasil dar um grande salto para frente, como estão fazendo a China e a Índia. Se, por outro lado, as reformas necessárias não forem feitas, o país poderá perder definitivamente o trem da história. O mundo não vai esperar pelo Brasil.

(Publicado em *O Globo* de 10/01/06)

ALERTA DO CAMPO

Heitor De Paola

O maior responsável pelo sucesso econômico do país nos últimos anos, o campo, está dando sinais de exaustão como consequência de várias ações e inações do Governo federal. Apesar de todos os benefícios que esses setores

trazem à nação, os produtores não estão conseguindo rendimentos compatíveis com seu trabalho. Os setores produtivos primários – arroz, carnes, soja, trigo, milho, uva, vinho e algodão – estão precisando agregar renda urgentemente para não paralisar os investimentos.

Os produtores estão vendendo seus produtos abaixo do custo de produção e isso terá repercussão negativa, na medida em que perderão a capacidade de reinvestir, podendo comprometer de forma catastrófica a engrenagem econômica e a nação. Acredita-se que a nova safra lamentavelmente deverá sofrer inúmeras reduções.

Os agricultores querem que o Governo adote políticas que priorizem o setor produtivo e lamentam que a prioridade atual do Governo federal seja o mercado estrangeiro. Há muitos pleitos sendo encaminhados ao Governo. Entre elas, medidas referentes à questão da taxa cambial, já que a produção brasileira tem forte exportação, e à revisão dos acordos internacionais, principalmente do Mercosul, tendo em vista que o Brasil tem uma produção auto-suficiente, principalmente no arroz. “Tudo nos leva a crer que o que falta é vontade política do Governo em ajudar o setor primário”, declarou o Presidente da Associação/Sindicato Rural de Bagé-RS, Paulo Ricardo de Souza Dias, na última quarta-feira (15/06).

Uma reunião na sede da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) decidiu realizar um *tratoração* rumo a Brasília, com o sugestivo nome de “Alerta do Campo”.

A comissão organizadora da mobilização nacional definiu o roteiro que será percorrido durante o protesto. A concentração de produtores se inicia no dia 25 de junho, a partir das 19h, em Passo Fundo-RS, em um ato público. No parque de exposições do sindicato rural daquele município, deverão reunir-se todos os produtores dos diversos segmentos que irão participar. Além de Dias, o encontro de quarta-feira

contou com a presença dos diretores Luís Olavo Salles e Roberto Zago, que integram a comissão organizadora. Dias informa que essa reunião foi para operacionalizar a partida dos representantes do Rio Grande do Sul para o manifesto. De Passo Fundo partirão à meia-noite do mesmo dia, percorrendo cerca de 700 quilômetros até Campo Mourão, no Paraná, onde haverá outro ato público, no dia 26. No dia seguinte, um novo encontro ocorrerá em Cassilândia, Mato Grosso do Sul, onde pernoitarão, partindo no outro dia para Brasília. A concentração para a arrancada final será em Luisiânia-GO, próximo a Brasília, onde esperam chegar na manhã do dia 28 para acampar em frente à Esplanada dos Ministérios.

Até o momento já estão confirmados 36 ônibus. Está previsto um megacarreteiro (arroz com charque, típico do RS) feito pelos gaúchos nos dias 28 e 29 de junho, durante o evento.

Pode-se perceber o risco enorme que corre a ainda frágil economia do Brasil que vem sendo tocada a lances improvisados cada vez mais ousados e perigosos.

Penso também que o campo tem outro problema, ainda maior: a inação do Governo frente ao “movimento social” – leia-se guerrilha no campo – MST, que muitos acreditam que não passa de um braço armado do PT. As constantes invasões de propriedades produtivas, a crescente arrogância de seus líderes, principalmente Stédile que fala como governante, ameaçam subverter completamente o conceito de propriedade privada no campo – no campo, por enquanto! Some-se a isto a progressiva disseminação no Judiciário de novas jurisprudências baseadas no conceito espúrio de “propriedade social”, levando a negar frequentemente a reintegração de posse pleiteada pelos legítimos proprietários, e a situação tende a se tornar explosiva!

Estou certo de que a caravana gaúcha será muito bem recebida por seus irmãos hospitei-

ros do Mato Grosso do Sul e Goiás, com quem compartilham uma experiência muito próxima na árdua lida do campo.

Bem, o alerta está dado!

(Transcrito de MídiaSemMascaraa em 25 de junho de 2005)

IRONIA AGRÁRIA

Xico Graziano

Há 40 anos era promulgado o Estatuto da Terra. A lei, histórica, estabelecia os parâmetros básicos para a realização da reforma agrária brasileira. O latifúndio era sua mira.

Quem o promulgou foram os militares, um paradoxo. Afinal, a causa da reforma pertencia à esquerda. Lutar contra o imperialismo e o latifúndio, naquela época, era obrigação de quem se julgava progressista.

Francisco Julião, advogado carismático, organizara o movimento das ligas camponesas no Nordeste. Terra para quem nela trabalha. Com Jango no poder, vislumbrou-se ter chegado o momento das grandes reformas de base. A começar pela terra.

Vã ilusão. O movimento de março de 64 cortou o sonho. Iniciou, porém, a gestação – exatos nove meses – da nova lei agrária. No miolo da legislação, o conceito da empresa rural em oposição ao latifúndio.

Sempre se afirmou, na história da economia política do campo, que a indústria nascente no Brasil apoiava a tese da reforma agrária. Fazia sentido. Derrubar a oligarquia abriria mercado interno para bens de consumo. Na política, uma classe média rural se alinharia com a burguesia.

Havia, também, o componente estratégico. A tomada do poder em Cuba por Fidel Castro, em 1959, arrepiou o cabelo dos conservadores da América Latina. A estrutura agrá-

ria tradicional, concentrada e autoritária, dava vez à pregação revolucionária. Nasceu assim o Estatuto da Terra, não para fazer revolução no campo, mas sim para impedi-la. Melhor entregar os anéis que os dedos...

Qual o resultado? Quase nenhum. A colonização, em terras devolutas ou públicas, caminhou, mas no capítulo da reforma agrária, entendida como a repartição da propriedade, pouco se conseguiu avançar.

Porém, ao contrário do que se imaginava, o Brasil progrediu e o campo se modernizou. Essa foi a maior ironia que a História pregou na economia agrária brasileira. O Brasil não precisou da reforma agrária para se desenvolver. O latifúndio continuou grande, mas abandonou o atraso, transformando-se em empresa capitalista.

Quando os militares tomaram o poder, o Brasil apresentava uma economia agrária atrasada. Agora, o país produz com tecnologia própria, ultrapassa o gigante norte-americano e emerge como a grande potência agropecuária do planeta. Decididamente, proeza assim não se consoma com oligarquia no comando.

Receberia o mesmo descrédito do físico famoso Copérnico quem ousasse afirmar, na década de 1960, que tal feito fosse possível sem passar pela reforma agrária. Uma heresia.

Talvez, é crível, se tivesse ocorrido a reforma, a estrutura agrária estaria menos concentrada, o campo mais igualitário, menores as injustiças sociais. A História, todavia, não anda para trás. E nem adianta querer realizar, agora, a reforma agrária que não vingou no passado. Trata-se de uma idéia fora do lugar.

A questão agrária contemporânea, o drama real, não fabricado, que atinge o campo no presente, reside na sobrevivência do "com-terra". As grandes nações vêem diminuir o número de seus agricultores nos últimos cinqüenta anos. Na França, eram 2 milhões, agora são 500 mil. Nos EUA, caíram de 6 para 2 milhões.

Com todo o protecionismo que lá praticam. No Brasil, esse fenômeno está ainda latente. Aqui está o maior desafio da política pública: manter 5 milhões de agricultores produzindo, segurando o emprego e a renda na roça. Não será tarefa fácil.

O mundo da tecnologia e a dominação dos mercados pairam como espada sobre a cabeça dos agricultores, principalmente dos pequenos. Exigem-se muita dedicação, profissionalismo, competência técnica e organização cooperativa. Mesmo assim, nunca é fácil pagar a conta do financiamento bancário. Quando se o consegue obter.

É terrível dizer, mas passou o tempo de inventar agricultores. O distributivismo agrário acabou superado pela História. E direcioná-lo para equacionar a crise do desemprego urbano mostra ser um fracasso retumbante. Receita antiga não cura doença moderna.

Ao completar 40 anos, chegou a hora de trocar o Estatuto da Terra por nova legislação. O problema do país, felizmente, não mais reside na ociosidade da terra. Mas sim no seio do processo de produção, que seleciona e marginaliza. A distribuição da riqueza que brota do campo é o nó da questão.

Mudou a realidade e mudaram os conceitos. Aquilo que o Inca considera improdutivo – cerca de 130 milhões de hectares – é, na verdade, floresta virgem ou solo árido do Nordeste. Chega de confundir as coisas.

A nova lei agrária que a modernidade exige precisa retomar o espírito da pioneira Lei de Terras, de 1850. O Estatuto da Terra era uma lei punitiva. A nova lei agrária, que virá, deve valorizar quem produz, eliminando as incertezas sobre o domínio da propriedade rural.

Somente uma lei forte, clara, objetiva, radical, poderá fazer cessar o clima de incertezas no campo. Possesores, fazendeiros, agricultores, assentados, índios, todos merecem ter a segurança da produção e da moradia. É insana essa

pendenga eterna sobre os direitos da propriedade rural, brecha maior das invasões.

Regularizem-se, já, as terras produtivas desse país. Para acabar a discórdia e devolver a paz ao interior do Brasil. Um olhar para o futuro.

(Publicado em 30/11/2004)

TECNOLOGIA MILITAR PARA USO CIVIL É DESENVOLVIDA POR EMPRESAS PRIVADAS

Em março de 2006, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater o financiamento da indústria de defesa.

Compareceram os representantes do BNDES, da Fiesp, da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa (Abimde) e o chefe do Departamento de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia do Ministério da Defesa.

Segundo o presidente da CREDN, o evento deu continuidade à proposta do Seminário de Mobilização e Produtos de Defesa, realizado pela comissão em 26 de outubro de 2005. Durante o seminário, foi proposta a realização de Audiência Pública com o objetivo de divulgar a importância da Mobilização Nacional e do fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) para o país, tendo como principal agente financiador o BNDES.

“O fortalecimento da BID resultará na oferta de produtos de elevado valor agregado que, ao serem exportados, gerarão maiores benefícios para a balança comercial e oportunidades para empregar mão-de-obra qualificada. Com isso, é previsível a elevação dos níveis de bem-estar social em função das vantagens auferidas pela sociedade com os avanços tecnológicos agregados aos produtos de emprego civil derivados de tais pesquisas”, afirmou o presidente da comissão. Além disso, a Abimde está preocupada

com os constantes atrasos na execução dos cronogramas de modernização e reaparelhamento das Forças Armadas. De acordo com o Coronel Roberto Guimarães de Carvalho, o Grupo de Trabalho Interministerial para o reaparelhamento das Forças Armadas foi criado em 9 de dezembro de 2005, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência.

O objetivo do grupo é analisar as prioridades das forças e propor cronogramas e fluxos de recursos necessários aos Programas de Reaparelhamento da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. No dia 16, o GT se reúne para discutir as capacidades das indústrias de material de emprego militar.

O que pouca gente sabe é que essa indústria não atende apenas as Forças Armadas. Muitas das tecnologias militares são utilizadas no desenvolvimento de produtos utilizados pela sociedade sem que ela saiba.

É o caso do Bilhete Único na cidade de São Paulo ou dos serviços de meteorologia que nasceram para melhorar a capacidade de defesa do espaço aéreo da Amazônia.

A Atech Tecnologias Críticas, uma empresa genuinamente nacional, deu início às suas atividades a partir do desenvolvimento do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Acabou desenvolvendo também um sistema de monitoramento por sensores, com diversas finalidades civis, além do sistema Infopol, extremamente útil para o trabalho da polícia.

A Atech mantém um portfólio com uma série de produtos militares que são aproveitados pelo setor civil. Essas tecnologias são chamadas duais. O Infopol é um sistema de segurança pública composto por duas unidades.

Uma é responsável pela coleta de dados e a outra analisa as informações exibidas em gráficos e mapas gerados pelo programa. Desta forma, a polícia pode traçar o perfil da região analisada, com dados sobre a concentração populacional, a incidência e os horários de

determinadas infrações, atualizados automaticamente, o que permite fazer prognósticos e planejar ações de combate à violência.

A européia EADS, que mantém contratos com a Força Aérea Brasileira, também desenvolveu o Tetrapol, outro benefício da tecnologia militar aproveitado pela polícia.

O sistema é utilizado em mais de trinta países e está sendo implantado pela Polícia Federal. Trata-se de um padrão de radiocomunicação 100% digital, para localizar o usuário e socorrê-lo por meio de uma rede de comunicação.

Este sistema deverá ser nacionalizado pela empresa Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), através de uma parceria com a EADS, o que envolverá a transferência de tecnologia.

O Tetrapol também é utilizado na segurança de eventos como reuniões de cúpula do

G8, Copa do Mundo de Futebol e segurança de grandes empresas privadas.

Uma das soluções duais mais recentes é um sistema de monitoramento que envolve tecnologias selecionadas como prioritárias pelo Ministério da Defesa (fusão de dados, sistemas de informação, sensores e integração de sistemas).

A tecnologia desenvolvida pela Atech também é útil no monitoramento de dutos, transmissão de energia, agricultura de precisão e em situações emergenciais, como incêndios e derramamento de óleo.

Esse sistema está evoluindo para a navegação automática de precisão com a aeronave não tripulada, ainda em desenvolvimento para fins militares e civis. ☺

(Fonte: InfoRel de 14/03/2006)

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Uma Missão de Paz na África

Lélío G. R. da Silva

O autor fornece um verdadeiro roteiro da arte de comandar. No período de 13 de fevereiro de 1993 a 13 de fevereiro de 1994, quando comandou a Força Militar de Operação de Paz da ONU em Moçambique (ONUMOZ), teve sob suas ordens efetivos de várias nacionalidades com a missão de levar a paz a uma nação devastada pela guerra civil. Descreve com precisão as intervenções que se fizeram necessárias nas diferentes áreas de atuação de seus comandados e conclui citando ensinamentos de emprego de tropa em situação de controle de conflitos e oferece elementos para posterior pesquisa sobre o assunto a militares e pesquisadores.